

**ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DO  
PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO**

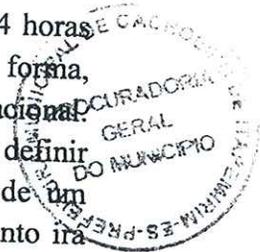
**DATA:** 26/10/2011  
**LOCAL:** AGERSA  
**HORA:** 09h30.



Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e onze, às nove horas e trinta minutos, instalou-se na AGERSA reunião convocada para tratar do encerramento do Plano Municipal de Saneamento – Etapa Água e Esgoto. Abrindo os trabalhos o Diretor Presidente da AGERSA, Luiz Carlos de Oliveira Silva, presidente da Comissão Especial para elaboração do Plano Municipal de Saneamento, deu início à reunião falando sobre a representatividade da comunidade na audiência, que foi bem positiva, e explanou rapidamente sobre o Plano Técnico, deixando claro que esse é apenas o primeiro. Segundo o Diretor Presidente da AGERSA o grupo de trabalho foi reconstituído pelo Prefeito Municipal posteriormente (2010) com a missão de coordenar os trabalhos (pelo poder concedente), em conjunto com a agência e a empresa concessionária, de elaboração do Plano Municipal de Água e Esgoto. Disse ainda que o objetivo principal é **universalizar o serviço de saneamento básico**, inclusive nas comunidades localizadas fora do perímetro urbano, cujo contrato de concessão não contempla no presente momento. Informou que este um trabalho que se dará através de projetos e ações de saneamento rural já em andamento na agência. Luiz Carlos lembrou que houve apenas duas contribuições externas na Consulta Pública. Uma delas tratava da estrutura tarifária, não sendo aproveitada por ser uma questão restrita ao contrato de concessão. Registrou, porém, que após a conclusão do plano e sua promulgação (através do decreto ou lei, conforme deve ser definido pela PGM), a AGERSA dará início aos estudos de reestruturação tarifária, identificando as possibilidades de melhorar a modicidade tarifária. Luiz Carlos mostrou todo o material que foi distribuído para os membros durante todo o estudo e ainda lembrou que as redes mistas são um problema e que em 2012 a concessionária e a agência farão um levantamento cir cunstanciado dessas redes que ainda existem no perímetro urbano e demandam solução. O Sr. Marcos Mendes Carvalho, da CDL (Câmara de Dirigentes), comentou que a maioria da população não acredita (ou não percebe) que o esgoto é coletado pelos canos. Luiz Carlos explicou que apenas os que vivem no meio são os que sentem, como por exemplo, os moradores do bairro Gilson Carone, que puderam ver a diferença quando o serviço de tratamento de esgoto foi disponibilizado. Fora isso, é preciso criar formas de visitação à ETE (Estação de Tratamento de Esgotos), para conhecer seu funcionamento e se sensibilizar em relação à sua importância para a cidade. Luiz Carlos lembrou ainda que foram colocadas outras localidades no plano de saneamento, além das 18 já existentes e que segundo o consultor (Professor Alexandre Serafim) devem ser colocadas mais localidades daqui a quatro anos na revisão do Plano. As localidades hoje inseridas são as mais populosas, sendo a Tijuca a maior delas. Yuri Sabino, economista da AGERSA, lembrou que desde o contrato está é uma localidade que não havia sido contemplada e está sendo agora. Marcos Carvalho pediu a opinião da AGERSA em



relação ao estudo do Plano. Luiz Carlos respondeu dizendo que trabalha com técnica e desejo. Expõe o caso do bairro Monte Belo que não possui esgoto e pelo Plano contemplado, mostrando que pelo ponto de vista da AGERSA o Plano contempla e satisfaz a expectativa da cidade. Ressalta ainda que não se pode mais tratar esgoto como estrutura ou obra tão somente, mas também como necessidade social e lembrou que o Plano é revisado a cada quatro anos. Marcos Carvalho perguntou se existe um cronograma. O diretor Luiz Carlos informou que sim e que a partir do Plano o cronograma é para quatro anos. Yuri Sabino lembrou que é importante não perder o monitoramento sobre o crescimento da cidade, para que possam ser analisados possíveis problemas futuros, sugerindo que o grupo de trabalho se mantenha e que, em conjunto com o Conselho Municipal de Saneamento, o grupo seja informado e ajude a monitorar as próximas ações de implementação do plano municipal de água e esgoto. A proposta foi acatada pelo conjunto dos presentes. Já o diretor Luiz Carlos se explica dizendo que o Plano não é de quatro em quatro anos. Na prática, ele não pode ultrapassar este tempo, ou seja, em até quatro anos tem que ser revisado, servindo para o que a lei não contempla, segundo o mesmo, a dinâmica da cidade define a necessidade de ajustes ao longo do tempo. O Secretário de Desenvolvimento Urbano, arquiteto Paulo Mendes Glória, informou que nunca viu o encaminhamento da AGERSA como tem sido feito agora, mas relatou que se preocupa com alguns empreendimentos que estão sendo feitos com estimativa para contemplar o número de cinco mil pessoas, cujo impacto na cidade será bastante positivo do ponto de vista dos reflexos na economia da cidade. Entretanto, será necessário criar um instrumento para que a população, mesmo, as sem infraestrutura adequada, que serão criadas em decorrência de novos empreendimentos e por causa da mão de obra que se instala nos locais da construção, tenha estrutura adequada de saneamento. Assim, segundo o secretário, deveria ser necessário prestar atenção não só nos empreendimentos legais, mas nos que possam vir a surgir posteriormente. Lembrou que o estudo de crescimento feito pelo IBGE não reflete a realidade, e que tem que levar em consideração todo um estudo sócio-econômico, o que varia de região para região. Thiago Athayde, representante da Câmara Municipal, diz que é preciso ter tempo para adequar o Plano ao crescimento da cidade. Daisy Tirelo, da AGERSA, lembra que todo empreendimento tem que passar pela Foz do Brasil antes de ser liberado para construção. E seria esse o procedimento melhor para fiscalizar e garantir o serviço, porque com isso, a concessionária teria idéia do que está sendo feito e também se adequaria em relação ao saneamento junto à construtora. Marcos Carvalho, completa dizendo que esse seria o procedimento normal da secretaria, ou seja, só liberar projetos que estejam com tudo regularizado. Paulo Mendes Glória afirma que este é o trabalho que a SEMBURB tem realizado. Marcos Carvalho ainda questiona quais benefícios da PCH para o Município e os usuários em particular. Luiz Carlos diz que com ela o custo de insumo diminui e isso tem impacto direto na tarifa e uma vez construída passa a fazer parte do patrimônio da concessão e que expirada a concessão, e caso não haja renovação, ela retornará ao Poder Concedente, o Município. O economista Yuri Sabino informou que os custos de energia elétrica constituem hoje um dos maiores insumos da tarifa de água em Cachoeiro de Itapemirim. Isso ocorre em razão das condições geográficas da cidade, onde a empresa precisa realizar diversas operações de elevação,



reservação e manutenção do funcionamento dos equipamentos em regime de 24 horas durante todo o ano, fazendo com que os custos sejam, de certa forma, proporcionalmente maiores que em outras cidades de mesmo porte populacional. Informou ainda que a agência está dialogando com a ANEEL, com o objetivo de definir os termos de referência da regulação da PCH- Ilha da Luz. Como se trata de um investimento inédito em Cachoeiro de Itapemirim (onde a empresa de saneamento irá possuir uma unidade de geração de energia elétrica), a contabilização deve ser como uma nova **unidade de negócios**, inclusive com um **centro de custos** específico, acompanhado pela agência reguladora, pois a empresa poderá também, pela legislação vigente, comercializar seu excedente junto à distribuidora. Trata-se de uma situação absolutamente nova, segundo Sabino, mas que a agência reguladora tem trabalhado e deve se manifestar através de nota técnica entre o final do ano e início do próximo ano. Luiz Carlos diz que serão inseridos ao Plano Municipal, itens sobre loteamentos e migração de pessoas, para que se possa fazer um estudo mais detalhado do crescimento e da estrutura da cidade e propôs a criação de um cronograma de atendimento de atendimento às demandas do plano. O cronograma será criado pelo grupo de trabalho. Não havendo mais nada a tratar eu Saad de Paz Hatum de Almeida secretária "ad hoc" lavro e assino a presente ata juntamente com o presidente da Comissão Especial para Elaboração do Plano Municipal de Saneamento.

**Luiz Carlos de Oliveira Silva**  
**Presidente da Comissão Especial**

  
**Saad de Paz Hatum de Almeida**  
**Secretária**

REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SANEAMENTO

DATA: 26/10/2011

HORA: 09H E 30MIN

LOCAL: AGERSA

NOME COMPLETO/REPRESENTAÇÃO	EMAIL	TELEFONE
S. Santana Gomes	P. TEO SENEDES @ gmail.com	99552057
ROBERTO F. POVOA / SEMUS	RFPVOA@GMAIL.COM	9885-8913
THIAGO ATHAYDE VIANA	THIAGO@CMCJ.ES.GOV.BR	9886 2131
Paulo Rogério S. Pimentão	prognoc@pzdobrasil.com	2101-3331
Marcos M. Carvalho	marcos_cusceda@uol.com.br	9919-5196
Thiago Da Silva Palet	trabalhao@ig.com.br	2799435909
Fernusco ezequiel MONTENEGRO	MONTENEGROEZEQUIEL@uol.com.br	81944488
Julia Gabriela S. Lima	gabrielina@igmail.com	92718149
WILSON ALVES FERREIRA	WILSONALVES@GMAIL.COM.BR	99851760
Sabrina Marques	G.eduambiental@gmail.com	9983.9176
Alfredo Ezequiel M. SILVA	alfredosilva@uol.com.br	9985-2015
Daisy Tiele	daisy@agerasa.es.gov.br	3511-7077